



### Acordo de Cooperação

O TJERJ assina Termo de Cooperação Técnica com o CNJ e o Governo do Estado com o propósito de concretizar, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a implantação de programa de reinserção social de detentos e egressos do sistema prisional, por intermédio do incentivo ao trabalho e à profissionalização.

## Institucional

Comitiva do Governo do Canadá visita o Judiciário fluminense

Desembargador Antonio Cesar Siqueira assume a Presidência da AMAERJ

Prêmio Innovare 2010: 'A justiça sem Burocracia'

Presidente Luiz Zveiter recepciona novos serventuários



Inaugurada a primeira VEP virtual do Estado

Corregedor – Geral da Justiça participa de solenidade de assinatura de acordo no Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim

TJERJ antecipa audiências dos Juizados Especiais Cíveis

Tribunal de Justiça aprova Planejamento Estratégico Institucional

## Perfil



O Desembargador Antonio Cesar Siqueira fala sobre sua trajetória no TJERJ e comenta o que pretende fazer na Presidência da AMAERJ

## Cultural

Peça Oito de Março comemora os 100 anos do Dia Internacional da Mulher

O Acordo Ortográfico e o Direito (3)

*Saúde e Qualidade de Vida*

O terapeuta Clécio Branco fala sobre as diferenças entre o esquecimento e o ressentimento

*Comes e Bebes*

O colunista Ivan Lindenberg prossegue na descrição dos diversos tipos de cerveja

## TJERJ assina Termo de Cooperação Técnica com o CNJ e o Governo do Estado



Foto: Luiz Henrique Vicent

O Presidente Luiz Zveiter discursa, ladeado pelo Ministro Gilmar Mendes e pelo Governador Sérgio Cabral

O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter; o Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Gilmar Mendes; o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e o Presidente da Fundação Santa Cabrini, Jaime Melo de Sá, assinaram, no dia 8 de fevereiro, um Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de efetivar, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a implantação do programa de reinserção social de presos e egressos do sistema carcerário, por meio do incentivo ao trabalho e à profissionalização.

A solenidade foi iniciada pelo Presidente Zveiter, que no seu pronunciamento ressaltou a importância da assinatura do acordo: “A reinserção social dos presos era uma área sensível da sociedade que poucas pessoas percebiam. Esse projeto ajuda no combate à violência, pois minimiza o número de delitos que os presos poderiam voltar a praticar”, declarou.

Em seguida, foi dada a palavra ao Governador Sérgio Cabral, que destacou o Termo de Cooperação como um avanço para a conquista da cidadania no

Estado: “Certamente a sociedade irá aplaudir essa iniciativa. Trata-se de um compromisso de ressocialização dos presos, que passarão a ter a oportunidade e a alternativa do emprego na própria estrutura do Estado”.

Já o Presidente do CNJ afirmou que a falta de oportunidades no mercado de trabalho faz com que os egressos do sistema carcerário saiam dos presídios estimulados a voltar para a criminalidade: “A libertação de pessoas que podem reincidir no crime é um problema sério no país. Por isso, a campanha 'Começar de Novo' é tão importante, pois, além de ser um projeto de direitos humanos, também é um projeto de segurança pública, porque ajuda a diminuir a taxa de reincidência”, completou.

Entre outras obrigações, o Termo de Cooperação Técnica prevê a contratação, pelo Estado do Rio de Janeiro, de 5% de empregados que sejam egressos do sistema penitenciário ou cumpridores de penas alternativas, nas obras de remodelação do estádio do Maracanã, para a Copa de 2014. O Governo do Estado





Foto: Luiz Henrique Vicent

O Governador Sérgio Cabral assina o acordo, ao lado do Presidente Luiz Zveiter

também deverá inserir no convênio a ser celebrado com a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) a obrigatoriedade de, nas partidas de futebol profissional realizadas no Maracanã, atuarem, no mínimo, dois “gandulas” que sejam menores em conflito com a lei, indicados pela Fundação Santa Cabrini.

Na mesma ocasião, os signatários do acordo também assinaram convênio do projeto “Começar de Novo”, pelo qual o Estado se compromete a fornecer melhores condições aos presidiários, visando à obtenção de trabalho e à não reincidência criminal.

O Governador Sérgio Cabral anunciou que “está sendo estudada uma maneira para que o Estado possa estabelecer, em licitações públicas, um percentual para a contratação, nas terceirizações em geral, da população carcerária”.

O Ministro Gilmar Mendes defendeu o uso da mão de obra carcerária nas construções dos estádios de futebol para a Copa de 2014, insistindo na necessidade de reduzir o número de presos provisórios no país, que

representa, atualmente, 44% da população carcerária: “Queremos essa redução, mas não na perspectiva de necessariamente libertá-los, e sim de eventualmente transformá-los em presos cumprindo sentença definitiva, dando um ritmo adequado à Justiça Criminal”, declarou, manifestando-se, ainda, a favor de uma “redução de 20% com sentença, apressando o processo e evitando que depois ocorram pedidos de *habeas corpus* por demora no prazo do julgamento”.

Retomando a palavra, o Governador Sérgio Cabral anunciou para o fim do primeiro semestre do ano que vem o cumprimento da chamada “Meta Zero” [mais detalhes na página 06 desta edição]: “Posso garantir que, com todos os atrasos que possam ocorrer, vamos chegar, já ao fim de 2010, com o menor percentual de presos em delegacias de todo o Brasil, e, certamente, até o primeiro semestre de 2011, não teremos mais presos provisórios em delegacias do Rio de Janeiro. Será um marco civilizatório de fato”, antecipou.

Ao final do evento, o Desembargador Luiz Zveiter elogiou a iniciativa, afirmando: “Vejo a ‘Meta Zero’ como um passo importante. Quem cumpre prisão provisória deve ser encaminhado para um lugar específico. Não podemos mais ter delegacias que abriguem um número de presos com o triplo de sua capacidade”, alertou.

“ Quem cumpre prisão provisória deve ser encaminhado para um lugar específico. Não podemos mais ter delegacias que abriguem um número de presos com o triplo de sua capacidade. ”

Presidente do TJERJ,  
Desembargador Luiz Zveiter

Estiveram presentes ainda à solenidade o Procurador-Geral de Justiça, Cláudio Lopes; o Procurador-Geral do Município do Rio, Fernando Dionísio, representando o Prefeito Eduardo Paes; o 1º Vice-Presidente do TJERJ, Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte; o 2º Vice-Presidente do TJERJ, Desembargador Sérgio Verani, e o Juiz Titular da Vara de Execuções Penais, Carlos Augusto Borges, entre outras autoridades.

## Inaugurada a primeira VEP virtual do Estado

Foto: Luiz Henrique Vicent



No dia 18 de janeiro, o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, inaugurou a primeira Vara de Execuções Penais Virtual do Estado, situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, sala 202, corredor B, da Lâmina II, do Fórum Central. A solenidade contou com a participação do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Gilmar Mendes, assim como de outras autoridades, entre as quais a Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Lucia Léa Guimarães Tavares.

Na nova VEP, o sistema implantado informará de imediato ao magistrado quando um preso tiver direito à liberdade e a quaisquer benefícios, tal como a progressão de regime, e manterá sempre atualizados os cálculos de pena a cumprir, sem que haja a necessidade de advogado ou defensor público peticionar quanto aos prazos. Os novos recursos tecnológicos impedirão que aqueles que cumprem penas privativas de liberdade em regime fechado no sistema prisional fiquem detidos além do tempo previsto em suas sentenças, problema constatado em alguns estados brasileiros pelos mutirões carcerários realizados pelo CNJ.

Com a digitalização, os processos estarão acessíveis em sistema virtual aos advogados, defensores públicos, promotores e juízes. As petições judiciais poderão ser enviadas para o processamento eletrônico da VEP

virtual através de *link* disponível no *site* do TJERJ ([www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br)), ou poderão ser entregues ao Protocolo Geral do Fórum Central do Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, serão enviadas à Vara Virtual apenas as Cartas de Sentença de Execução Penal dos réus primários, condenados a penas privativas de liberdade em regime fechado, expedidas exclusivamente pelas varas criminais da Capital. A documentação destinada aos processos virtuais só será disponibilizada para consulta após a necessária autenticação e inserção no sistema eletrônico.

A e-VEP configura-se, assim, como passo decisivo da Justiça fluminense, quanto ao cumprimento da meta do CNJ que prevê a adoção, em todos os tribunais do país, de sistemas de gestão eletrônica da execução penal e dos mecanismos de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.

Em seu pronunciamento, o Desembargador Luiz Zveiter destacou: "Estamos criando uma nova modalidade de controle e de facilitação, para que o apenado possa ter o seu direito reconhecido imediatamente pelo Judiciário, seja o de progressão de pena, seja o de liberdade, ou o de acesso a informações. Como primeira vantagem, o apenado não vai cumprir um único dia a mais além daquilo que tem que cumprir, ou seja, o sistema funcionará de forma tão avançada que, na hora em que o magistrado acessá-lo, este já lhe



Foto: Luiz Henrique Vicent



O Presidente do CNJ, Ministro Gilmar Mendes, discursando durante o evento

informará se o apenado tem progressão e todos os benefícios a serem concedidos. As metas implementadas pelo Ministro Gilmar Mendes têm feito com que a Justiça Penal e o sistema carcerário tenham uma nova visão. Estamos possibilitando, com o projeto 'Começar de Novo', que o preso seja ressocializado. As empresas estão conseguindo visualizar a sua participação nessa área. E esse sistema de controle do cumprimento da pena vai facilitar as coisas. É uma modificação de mentalidade do sistema prisional brasileiro", afirmou. O Desembargador declarou, ainda, que a inauguração da e-VEP é o resultado do empreendimento da Justiça para atenuar, com a possibilidade da ressocialização, o sofrimento dos que vieram a praticar crimes.

O projeto da Vara de Execuções Penais Virtual foi coordenado pelo Desembargador Marco Aurélio Bellizze Oliveira e pelo Juiz Auxiliar da Presidência Fábio Porto. A meta é a de que, até o final do ano, o processamento eletrônico seja estendido a todos os tipos de regime e varas criminais de todo o Estado.

Após o discurso do Presidente Luiz Zveiter, tomou a palavra o Ministro Gilmar Mendes. De acordo com o Presidente do STF, o desenvolvimento da VEP Virtual representa, associada a outras ações, um contínuo desafio, relacionado ao propósito de dar maior celeridade, além de melhorar a prestação do serviço, ao garantir o cumprimento da Lei de Execuções Penais e colaborar com a recuperação da dignidade dos

encarcerados. "Foi aqui no Rio de Janeiro que nós começamos esse trabalho, com o advento dos mutirões carcerários. Era uma proposta de se fazer uma revisão da situação prisional no Brasil. Encontramos situações muito graves em alguns estados do Nordeste, como Alagoas, Piauí e Maranhão. No Espírito Santo, havia uma situação extremamente grave, que está sendo superada. Estamos fazendo um monitoramento nacional. Em termos gerais, em um ano e três meses, já libertamos algo em torno de 19 mil pessoas que estavam presas em condições indevidas. Foi também aqui, neste Estado, que percebemos a necessidade de ampliar o mutirão carcerário e transformá-lo num projeto de ressocialização. Assim, idealizamos o projeto 'Começar de Novo', incorporado pelo Judiciário, pelos poderes públicos em geral, e pela própria sociedade civil. Isso vem dando frutos significativos. Campanhas vêm sendo feitas para que trabalhemos essa ideia de reintegração", enfatizou o Ministro.

Na ocasião, o Presidente do CNJ referiu-se a outras ações futuras que objetivarão instituir uma Justiça Criminal cada vez mais eficiente: "Estamos culminando esse trabalho com a criação, no CNJ, de um departamento de monitoramento do sistema prisional e do sistema de internação, que vai envolver, portanto, não só os presos, mas também os menores em conflito com a lei", anunciou. O Ministro também mencionou o estabelecimento da diretriz que denominou de "Meta Zero", com o propósito de resolver o problema da grande quantidade de presos provisórios nas delegacias e criar cadeias adequadas ao encarceramento. "Vamos começar esse projeto no Rio de Janeiro. A ideia é criar cadeias adequadas para os presos provisórios, a fim de evitar o acúmulo de detentos nas delegacias, em condições subumanas, o que representa uma grave violação dos direitos humanos. Estamos nos comprometendo com o Presidente Luiz Zveiter, e também com o Governador Sérgio Cabral, para lançarmos essa meta aqui, mas queremos alcançar esse objetivo em todo o Brasil", informou.

Com relação ao programa "Começar de Novo" do CNJ, que tem promovido a reinserção e reintegração de ex-presidiários à sociedade, o Ministro destacou que, para além da informatização dos procedimentos judiciais, a ressocialização dos egressos é o mais importante desafio da Justiça: "Se o poder público não se dedicar, e não dermos atenção ao problema da reinserção social, teremos que continuar a conviver com altas taxas de reincidência", ressaltou.

## Comitiva do governo do Canadá visita o Judiciário fluminense

Foto: Luiz Henrique Vicent



O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, recepcionou, no dia 3 de fevereiro, uma comitiva composta por integrantes do Governo canadense. O encontro teve como objetivo a realização de um intercâmbio de conhecimentos e experiências relacionados a aspectos diversos da administração pública, principalmente judiciária.

Na ocasião, o Juiz Auxiliar da Presidência Fábio Porto apresentou síntese informativa sobre o Poder Judiciário fluminense, que, hoje, é integrado por 174 desembargadores, 687 juízes, 15.113 servidores e 747 serventias judiciais. No que se refere ao número de ações, o juiz salientou: são ajuizadas cerca de 2.200.000 ações por ano, equivalendo a 3.202 novos processos por magistrado a cada ano.

O Presidente do Tribunal de Justiça, em sua apresentação, referiu-se aos programas realizados pelo Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais (DEAPE): "Locais de difícil acesso e municípios que não possuem comarcas são atendidos pelos ônibus do projeto 'Justiça Itinerante', que conta com toda a estrutura necessária para a solução das demandas judiciais. Fazemos mutirões nas comunidades, para que estas tenham a possibilidade de se valer do Judiciário, e a gratuidade é proporcionada em 70% da nossa prestação jurisdicional", exemplificou o Desembargador. Já a Desembargadora Cristina Tereza Gaulia, integrante da Comissão de Planejamento, Implementação, Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais do TJERJ, afirmou: "Damos aulas de direito e cidadania para a população das favelas; temos um treinamento para pais de baixa renda, chamado de 'Escola de Pais', em que são resgatadas

peças que moram na rua; temos também dois programas para jovens: o primeiro, destinado àqueles que já cometeram algum delito, e, o segundo, voltado para jovens de baixa renda. Todos trabalham ao lado de juízes e desembargadores e recebem educação e benefícios sociais ao mesmo tempo. Desse modo, fortalecemos a cidadania", complementou.

Em seguida, foi exibido um vídeo institucional que expôs aos presentes como será o novo complexo do Poder Judiciário do Estado, após a edificação das Lâminas IV, V e Central, e a reforma do Museu da Justiça, as quais serão concluídas até novembro. Após o vídeo, o Presidente Zveiter respondeu às perguntas feitas pelos visitantes canadenses, acerca do funcionamento dos Juizados Especiais, do sistema prisional brasileiro, e, ainda, sobre o acesso das camadas mais desfavorecidas da população aos serviços da Justiça.

No encerramento do encontro, a Subsecretária do Ministério da Justiça do Canadá, Barbara Ritzen, agradeceu aos magistrados e declarou ter ficado impressionada com a administração e os projetos realizados sob a liderança do Presidente Luiz Zveiter: "Gostaria de entregar uma lembrança, feita pelos aborígenes, que representa um guia para indicar o melhor caminho, mas, pelo que vejo, o senhor já está no caminho certo há muito tempo", ressaltou.

A comitiva canadense foi composta por representantes dos mais diversos órgãos governamentais, entre os quais, agências de desenvolvimento e assistência, justiça, defesa, liderança, planejamento policial e recursos humanos. Participaram, ainda, do evento, Juízes Auxiliares da Presidência e servidores do TJERJ.



## Desembargador Antonio Cesar Siqueira assume a Presidência da AMAERJ



Foto: Rosane Naylor

O Desembargador Antonio Cesar Rocha Antunes de Siqueira tomou posse, no dia 19 de janeiro, como Presidente da Diretoria Executiva da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), para o biênio 2010/2011. Também foram empossados os Juízes Luiz Roberto Ayoub, Antônio Augusto de Toledo Gaspar e Márcia Cunha Silva de Carvalho, como, respectivamente, 1º e 2º Vice-Presidentes e Secretária-Geral, além dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, dos Departamentos Estatutários e de Desenvolvimento.

A cerimônia foi realizada no Pleno do TJERJ e aberta pelo Presidente da AMAERJ no período de 2008/2009, Desembargador Roberto Felinto, que convidou o novo Presidente para a assinatura do termo de posse. Em seu pronunciamento, o Desembargador Felinto agradeceu aos membros da diretoria e aos associados, por terem ajudado a eleger o colega.

Em seu discurso, o Desembargador Antonio Cesar Siqueira valorizou e pediu a participação dos magistrados: "Agradeço, sobretudo, aos colegas que nos confiaram tão difícil missão. O resultado de mais de dois terços de votos é de embargar a voz de qualquer um. A eles prometo um trabalho sério, digno, corajoso e permanente, sem titubear na defesa de seus direitos e prerrogativas. Prometo também lutar pela união de toda a Magistratura, em um astral de irmandade, enfrentando as dificuldades com companheirismo, transparência e lealdade. Porém, para tudo isso, é

necessária a participação dos colegas, pois a AMAERJ é de todos", conclamou.

O magistrado fez, ainda, uma breve reivindicação ao Governador Sérgio Cabral, assim como aos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Ao primeiro, no sentido de prosseguir tendo o TJERJ como parceiro, atendendo as



Foto: Luiz Henrique Vicent

O Desembargador Antonio Cesar Siqueira discursa durante o evento

solicitações da classe, principalmente as relacionadas aos aposentados e pensionistas, e à ALERJ, no sentido de apreciar com carinho os projetos que objetivem melhorar as condições de trabalho dos magistrados e servidores. Ele também parabenizou o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, pelo desempenho e maestria na condução das tarefas desenvolvidas na Casa, como "o responsável pela volta da alegria ao Tribunal de Justiça", e pelo apoio concedido à AMAERJ.

Presente à posse, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux, declarou: "É um prazer estar aqui, presente à posse do Desembargador Antonio Siqueira, porque tive a oportunidade de conviver com ele na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Conheço as suas qualidades como ser humano, como magistrado, e tenho a absoluta certeza de que ele empreenderá uma excepcional administração à frente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro".

Estiveram também presentes à solenidade de posse diversas autoridades, entre as quais o Secretário da Casa Civil, Régis Fichtner, representando o Governador Sérgio Cabral; o Vice-Governador Luiz Fernando Pezão;

Foto: Rosane Naylor



O novo Presidente da AMAERJ, recebendo as homenagens do Ministro do STJ Luiz Fux, e do Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter

o Conselheiro do CNJ Nelson Tomaz Braga; o Secretário Municipal de Obras Luiz Antonio Guaraná, que representou o Prefeito Eduardo Paes; o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Nametala Machado Jorge; o Desembargador Cláudio Luiz Braga Dell'Orto, que representou o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), além dos 1º e 3º Vice-Presidentes do TJERJ, Desembargadores Antonio Ferreira Duarte e Antônio José Azevedo Pinto.

## Prêmio Innovare 2010: 'A Justiça sem Burocracia'

No dia 18 de março, no plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, foi lançada a 7ª edição do Prêmio Innovare, que terá como tema "A Justiça sem Burocracia". Idealizado para incentivar práticas bem-sucedidas e pioneiras que contribuam para aperfeiçoar o Judiciário brasileiro, o Innovare, em sua mais recente edição, criou uma nova categoria: o "Prêmio Especial", que terá como tema o "Acesso ao Preso à Justiça", e o objetivo de promover o aperfeiçoamento do sistema carcerário brasileiro. Podem participar do Prêmio Innovare 2010 juízes, promotores, advogados, defensores e tribunais de todo o país. A categoria "Tribunal" recebe troféus e placas de menção honrosa.

Na ocasião, o Presidente do Instituto Innovare, Márcio Thomaz Bastos, afirmou que o Instituto e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) são gêmeos em propósito, ao buscarem os mesmos resultados por

caminhos diversos, "com iniciativas importantes e práticas inovadoras a favor do aprimoramento da Justiça". De acordo com Bastos, "não se combate o crime aumentando as penas, mas com a certeza da punição".

As iniciativas do CNJ para modernizar a Justiça e melhorar a prestação jurisdicional, como o Mutirão Carcerário, que, na edição passada, recebeu premiação especial do Innovare, foram lembradas pelo Ministro César Asfor Rocha, Presidente do STJ, que destacou "o desempenho competente, criativo e realizador" do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do CNJ.

Por sua vez, o Ministro Gilmar Mendes enfatizou que "é preciso dispensar a necessidade da intervenção judicial, reflexão que suscita o Prêmio Innovare, porque nenhuma sociedade se organiza com base na judicialização perene e continuada, e a Justiça não pode ser a única via de solução de conflitos".



## Presidente Luiz Zveiter recebe novos serventuários

No dia 16 de março, o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, deu as boas-vindas, em cerimônia realizada no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, a 24 novos serventuários aprovados nos XXXIX e XL concursos públicos para a 1ª Região. Foram convocados 14 Técnicos de Atividade Judiciária e 10 Analistas Judiciários para iniciar o estágio experimental.

Na ocasião, o Presidente do Tribunal declarou: "É uma honra tê-los aqui para fazerem parte desta grande equipe de mais de 15 mil funcionários. É sempre bom ter uma renovação de pessoal, mesmo que gradativa". O Desembargador lembrou, ainda, que já foram nomeados mais de 1.600 aprovados no último concurso em todo o Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que, em virtude da concorrência acirrada, "aqueles que entraram por mérito podem dar uma

Foto: Luiz Henrique Vicent



contribuição muito maior ao Poder Judiciário Estadual".

Estiveram presentes à solenidade a Juíza Auxiliar da Presidência, Andrea Quintela, e a Diretora-Geral da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGPES) do TJERJ, Beatriz Souza Gaspar.

## Corregedor-Geral da Justiça participa de solenidade de assinatura de acordo no Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim

Representando o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, o Corregedor-Geral da Justiça em exercício e Terceiro Vice-Presidente do Tribunal, Desembargador Antônio José Azevedo Pinto, participou, em 12 de março, no Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim (Galeão), da solenidade de assinatura do protocolo de intenções para a instalação de unidades judiciárias nesse aeroporto e em outros 11 aeroportos brasileiros.

O convênio tem o objetivo de solucionar possíveis conflitos decorrentes do aumento do fluxo de passageiros, durante a Copa de 2014, tais como: extravio de bagagem, *overbooking*, atrasos, autorização de viagens para crianças e adolescentes, além de possíveis demandas criminais. O acordo foi assinado pelas seguintes autoridades: Ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça; Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Orlando Silva, Ministro do Esporte; Murilo Marques

Barboza, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); Solange Paiva Vieira, Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal. O protocolo também será assinado, em Brasília, pelo Presidente do CNJ, Ministro Gilmar Mendes.

Segundo o Ministro Gilson Dipp, a previsão é de que as unidades estejam em funcionamento semanas antes do início do campeonato mundial de futebol que ocorrerá em junho de 2014. "Contudo, isso não impede que um tribunal possa dar início a essa instalação já", declarou, ressaltando que o Estado do Rio de Janeiro já planeja a criação de uma unidade no aeroporto do Galeão.

O evento contou, ainda, com a presença do Conselheiro do CNJ, Nelson Tomaz Braga; do Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Desembargador Paulo Espírito Santo, e do Secretário de Estado de Transportes, Júlio Lopes.

## Desembargador Antonio Cesar Siqueira

Presidente da Comissão Especial do FETJ, o Desembargador Antonio Cesar Rocha Antunes de Siqueira possui notória fama de conciliador entre seus pares, motivo pelo qual tem se destacado em diversos postos de liderança da categoria. Recentemente, após uma gestão inovadora como Presidente da Mútua dos Magistrados, credenciou-se para disputar e obter, com expressiva margem de votos, a Presidência da AMAERJ, tendo sido empossado em janeiro. Nesta entrevista exclusiva à REVISTA ELETRÔNICA INTERAÇÃO, o Desembargador falou sobre sua trajetória profissional, manifestou o carinho que sente pelos serventuários da Justiça fluminense e compartilhou algumas de suas experiências no campo espiritual, como a vivenciada ao percorrer o célebre Caminho de Santiago de Compostela.



Inicialmente, poderia falar um pouco sobre as circunstâncias que o levaram a escolher a Magistratura?

Eu era advogado, tinha uma carreira boa, um escritório ótimo, mas senti necessidade de interferir mais incisivamente para ajudar as pessoas. Achava que minha função de advogado, de requerer ao Judiciário, não dava a efetividade que eu achava necessária para auxiliar efetivamente as pessoas. Eu trabalhava muito com pessoas carentes, pobres, e achei que sendo juiz eu podia colaborar de maneira mais efetiva. O que me levou a escolher a carreira da Magistratura foi o fato de tentar, sendo juiz, agir de maneira a fazer com que as pessoas menos favorecidas tivessem acesso maior. Naquela época, vinte e poucos anos atrás, o Judiciário era muito hermético. As pessoas carentes tinham muita dificuldade em se aproximar do Judiciário, havia uma formalidade extraordinária de que as pessoas tinham medo. Achava que isso estava errado. Isso me levou a tentar fazer concurso e a ingressar na carreira.

Poderia resumir sua trajetória no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro?

Tive uma trajetória muito boa. Não tenho nenhuma reclamação. Sempre trabalhei muito, estudei muito e

tive muito reconhecimento do próprio Tribunal em relação ao meu trabalho. Não só da administração propriamente dita, mas dos meus próprios colegas. Sempre me senti muito respeitado pelos meus pares. Isso fez com que eu tivesse uma convivência muito boa e muito harmoniosa com meus colegas, com os advogados, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, enfim, com todas as pessoas que lidam com o Judiciário, principalmente os advogados, que têm muito acesso, sempre tiveram, ao meu gabinete como juiz, ou como desembargador. Minha carreira foi muito árdua, com muito trabalho, como é a carreira de um juiz mesmo, mas não tenho nada a reclamar. Foi uma carreira muito boa, muito recompensadora.

Que acontecimento marcante destacaria em sua atuação profissional? Qual o maior desafio enfrentado até o momento?

Acho que fatores marcantes da minha carreira estiveram ligados a algumas atuações em relação ao aprofundamento de investigações de fraudes no Poder Judiciário, ao examinar a possibilidade de serventuários e juízes estarem envolvidos em fraudes. Realmente, para um magistrado, é uma coisa muito difícil, muito traumatizante. Eu participei de algumas investigações



que me deixaram muito marcado, como, por exemplo, a grande investigação do INSS, quando se fez uma grande correção no Estado todo. Fui um dos juízes que participaram do grupo de correção. Cheguei a apurar fraude em um processo que tinha uma distorção de 21 mil por cento do valor a ser recebido pelo segurado. E também uma outra, muito desagradável, muito complicada, que foi a apuração da fraude nas distribuições de processo de segundo grau. Foi uma situação muito marcante para mim, verificar que o Poder Judiciário que temos como imune a esse tipo de coisa, estava, na verdade, sendo minado por ações de algumas pessoas absolutamente descompromissadas com o papel da Justiça. Isso me marcou muito. Acho que o maior desafio para mim, como juiz, foi ser Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal na gestão do Desembargador Manes. Ser Juiz Auxiliar da Presidência é uma tarefa extremamente difícil, extremamente importante, porque envolve não só o aspecto administrativo, como também aspectos políticos. Foi um desafio grande, mas, graças a Deus, a atuação do Desembargador Manes facilitou tudo, porque quando ele determinava que estudássemos alguma situação, levávamos para ele as soluções possíveis e a pergunta que ele sempre fazia era assim: "Qual é o certo?" E, invariavelmente, após, ele falava: "Então façam o certo". Foi uma experiência muito difícil, muito marcante também.

**Quando Juiz Auxiliar da Presidência, o senhor implantou o sistema de consulta processual no site do Tribunal de Justiça e nos terminais espalhados pelos corredores do Fórum. Qual a origem e como foi implementada essa ideia?**

Sempre estive ligado à questão da informática do Tribunal, desde a época do Desembargador Jorge Loretti, quando da primeira tentativa de informatizar o TJ. Depois, como Juiz Auxiliar da Corregedoria, tive também alguma participação nessa área, mas só na época do Desembargador Thiago Ribas é que a Informática começou a retomar o desenvolvimento. Nesse momento, houve também uma atuação importante do Desembargador Sergio Cavalieri, então no Fundo Especial. No FETJ, eu auxiliei o Desembargador Cavalieri em uma tarefa de implantação de um grande sistema de informática no Tribunal, que, até hoje, creio, é o melhor do Brasil. E tenho certeza de que vai continuar sendo o mais moderno do país. Temos tudo para seguir assim. Sem informática não se chega a lugar nenhum. Estaríamos completamente paralisados, como ocorre em São Paulo, em cujo Tribunal um processo demora três anos para ser distribuído. A informática é tudo hoje. Se não houver controle, não se consegue trabalhar.

## DECLARAÇÃO



Em se tratando do Desembargador Antonio Cesar Rocha Antunes de Siqueira, meu irmão por escolha mútua, como ele próprio diversas vezes me honrou publicamente, qualquer louvação poderia soar excessiva. Por isso, só me cabe dizer que o Tônico, considerando o padrão normal de comportamento desejado para o homem médio, nada tem de especial, porque se trata de pessoa leal, sincera, corajosa e companheira, como são os amigos. Seu caráter, do mesmo modo, revela traços comuns a todos que vivem honradamente, observando nos seus atos princípios éticos e morais, às vezes de compreensão difícil para quem não está acostumado a manter um comportamento correto. Mas tenho que admitir, sob um aspecto o Tônico destoa da normalidade. Sua inteligência ultrapassa em muito aquela considerada mediana, e quem convive com ele percebe sua extrema facilidade em vislumbrar soluções geniais para situações mesmo complexas. Outra característica importante do Tônico é o seu notável empreendedorismo, dono de visão capaz de prever os acontecimentos e suas consequências, sendo este fator fundamental para o inigualável sucesso alcançado em suas múltiplas tarefas, do que é maior exemplo a espetacular gestão na Mútua dos Magistrados. Com certeza, não será diferente na Presidência da AMAERJ! Sem qualquer dúvida, com pessoas desse naipe a sociedade se mantém sob o manto da Justiça e do respeito ao próximo.

Desembargador Henrique Figueira

O senhor fez um curso de especialização em Direito do Consumidor na Bélgica. O que o levou a fazer esse curso e que benefícios essa experiência lhe trouxe?

Na verdade, quando fiz esse curso, o Direito do Consumidor estava começando no Brasil e era objeto de um estudo profundo na Comunidade Europeia, que estava estudando as regras a serem adotadas numa diretiva a ser definida para todos os países que a formavam. Nessa época, eu era, como sou até hoje, um apaixonado pelo estudo dessa área do Direito. Fui fundador do BRASILCON (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor), aqui do Rio de Janeiro, e achei que isso seria importante para a minha formação, e foi realmente uma opção importante, até para ter ciência de que aquela lei que tínhamos no Brasil era, e é, ainda hoje, a mais moderna lei de defesa do consumidor do mundo.

Este ano, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) está completando 20 anos. Que balanço faria dessa legislação? Como o senhor vê sua implementação no Brasil?

Creio que foi muito bem lançada pelo grupo que a idealizou. Um grupo de jovens de São Paulo, entre os quais, o, hoje, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin. Pessoas abnegadas percorreram o Brasil inteiro, divulgando o CDC. Participei de alguns desses encontros. Foi uma surpresa como um diploma legal tão diferente daquilo com que se estava acostumado, diferente da legislação civil vigorante na época, conseguiu influenciar as legislações que vieram

posteriormente. Quer dizer, hoje, o Código Civil, que é uma legislação geral, está muito influenciado por princípios internos do CDC. O Brasil é um exemplo, nesse sentido, de como mudar a cultura dos juristas dos tribunais, apesar de, em determinados pontos, o STJ estar dando interpretações um pouco conservadoras em relação aos avanços. Tenho fé de que se avançou muito e esse avanço não vai admitir um retrocesso importante.

Sua administração como Presidente da Mútua dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro levou o plano de saúde da entidade a ser considerado como o melhor do Brasil. Poderia falar um pouco sobre essa etapa de sua trajetória?

Presidir a Mútua dos Magistrados foi o maior presente que ganhei na Magistratura, porque foi a experiência mais gratificante que tive, porque trabalhei com uma diretoria extremamente competente. Não foi a minha administração, foi a administração da diretoria. Eu era o coordenador dessa diretoria. Foi com um trabalho em conjunto que conseguimos desenvolver um plano de saúde com um conceito completamente diferente, que é o conceito de atuar na saúde, prevenindo as doenças. Esse conceito é novo. Da forma como ele é aplicado na Mútua, não há nenhum plano de saúde no Brasil que o faça, nem no mundo. Andei fazendo uma pesquisa. Não existe isso. E me dá muito prazer saber que essa atuação tenha trazido benefícios para a Magistratura. Costumo dizer que o plano de saúde é tão ou mais importante do que qualquer prerrogativa legal do magistrado, porque a

## DECLARAÇÃO



Dizem que falar sobre pessoas boas é prazeroso, pois nos leva a pensar sobre os aspectos gratificantes da vida. É o que ocorre quando falamos sobre o Desembargador Antonio Siqueira, ou melhor: Tonico. Falar sobre o Tonico é dizer o óbvio àqueles que o conhecem: amigo, ótimo coração, inteligente, personalidade forte... Homem de liderança, com alta capacidade empreendedora. Sua atividade e postura como magistrado servem de exemplo aos que estão ingressando na carreira. A inteligência nos facilita nas dúvidas e nas soluções justas, principalmente diante de sua grande sensibilidade de julgador, e visão consequencial das decisões. A capacidade empreendedora nos dá conforto para escolhas administrativas. Ou seja, Tonico é daqueles que Fernando Pessoa diria: "Terreno onde se constroem castelos".

Desembargador Ricardo Couto de Castro



independência do magistrado ficaria muito comprometida se ele, em um momento de doença familiar, não tivesse um plano de saúde efetivo, que lhe desse proteção. Ou seja, se ele tivesse que pedir favor a terceiros para atender seus familiares. Somos humanos. Qualquer um de nós, em momentos como esse, ficaria fragilizado, e, assim, a própria garantia da imparcialidade do juiz, da sua independência, estaria comprometida. A Mútua é um dos pontos básicos, dos mais importantes para a qualidade da Magistratura que temos no Estado do Rio Janeiro.

**O que o motivou a concorrer à Presidência da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ)? Quais os planos para a sua gestão?**

Não foi uma motivação pessoal. Não tinha nenhum plano para os anos de 2010 e 2011. Queria ficar quieto, depois de cinco anos na Mútua, mas um número muito grande de colegas pediu que eu concorresse, pois acreditavam que a classe estava muito dividida, e que eu seria a pessoa capaz de tentar reunir novamente a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Aceitei o desafio, e os planos são ousados, de realmente voltar a ter a AMAERJ como ponto de referência dos juízes. O objetivo é o de proporcionar convivência solidária entre os juízes, sem disputas internas e pessoais, de forma que haja mais harmonia e melhor qualidade de vida. Hoje em dia, percebo certa dificuldade dos juízes com relação a isso.

**Atualmente, o senhor é Presidente da Comissão Especial do Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ). Quais são os desafios dessa nova atividade?**

Ela não é tão nova assim para mim, porque o Fundo Especial do TJ, na sua forma atual, com a importância que ele tem hoje para a nossa instituição, foi formatado na Presidência do Desembargador Humberto Manes, tendo como seu primeiro gestor o Desembargador Marcus Faver. Eu trabalhei como Juiz Auxiliar do Fundo na gestão do Desembargador Marcus Faver, isto é, eu já conheço de perto o Fundo há bastante tempo. Então,

não há novidade para mim, mas reconheço que é uma das mais importantes tarefas que um magistrado pode desempenhar, porque o gestor do Fundo é responsável por toda a fiscalização da arrecadação, controle de despesas e receitas, de aplicação de recursos públicos, e isso realmente merece uma atenção especial.

**Em entrevista anterior à REVISTA ELETRÔNICA INTERAÇÃO, o senhor declarou que percorreu o Caminho de Santiago de Compostela, e que essa experiência foi muito importante para a sua vida. No ano passado, o senhor esteve num mosteiro budista na França, onde fez um retiro espiritual. Como foi essa nova experiência e qual foi o aprendizado desses dias?**

O Caminho de Santiago foi um marco na minha vida, tanto no sentido pessoal quanto no profissional, mas, sobretudo, quanto ao aspecto espiritual. Foi uma linha divisória, tanto que, este ano, pretendo fazer um pedaço de novo. Mas o que acho mais importante é

“Queria ficar quieto, depois de cinco anos na Mútua, mas um número muito grande de colegas pediu que eu concorresse. Aceitei o desafio. O objetivo é o de proporcionar convivência solidária entre os juízes, sem disputas internas e pessoais, de forma que haja mais harmonia e melhor qualidade de vida.”

que o Caminho de Santiago permite que você fique muito tempo sozinho consigo mesmo. Na verdade, esse é o segredo de todo peregrino, a convivência consigo mesmo. Associei minha experiência como peregrino a lições que se aproximam da visão que se tem de Abraão, quando Deus lhe fala: “Abandona tua cidade, tua família, teus amigos, e encontrarás a Terra Prometida”. Na

verdade, Deus estava dizendo: fique sozinho que, assim, você me encontrará. O Caminho propicia isso, o encontro da pessoa com Deus, e, por consequência, o encontro consigo mesmo.

**E essa experiência do ano passado...**

Foi uma experiência diferente, que me deu instrumentos para uma visão interior forte, por causa da técnica de meditação, mas, em termos de descoberta, foi inferior à anterior porque não havia muito o que descobrir. Na verdade, a descoberta já tinha sido feita. Apesar de ter sido uma experiência positiva, percorrer o Caminho de Santiago foi mais importante.

### Como surgiu o interesse por motos Harley-Davidson?

Quando descobri que estava com câncer, fiquei, como todo mundo, muito abalado, e, conversando com o psicólogo que me ajudou muito nessa fase, ele me perguntou: "Qual é o seu *hobby*?". Fiquei pensando algum tempo e acabei por não conseguir responder, porque a única coisa que eu fazia nessa época era trabalhar. Logo em seguida à primeira cirurgia, fiz a segunda, e essa segunda operação, que talvez tenha salvado a minha vida, me deixou em uma situação talvez mais grave do que imaginei em um primeiro momento. Quando recebi o cheque de reembolso da Mútua, pensei: "Esse dinheiro não volta para o banco, nem que a vaca tussa". Eu já tinha sido motoqueiro quando era advogado, depois de casado ainda tinha moto; assim, com esse cheque, fui direto a uma loja da Harley-Davidson e disse: "Quero essa moto aqui!". Voltei para casa já com a moto comprada. Na verdade, esse *hobby* surgiu daí, e, a partir de então, eu e a minha esposa costumamos viajar assim. É bastante agradável.

### O senhor pratica exercícios físicos regularmente. Quais são suas outras atividades nas horas de lazer?

Passei a ser uma pessoa que cuida muito do corpo e do espírito. Minhas atividades nas horas de lazer são leituras, encontros com os amigos, praia,

viagens. Sou eclético. Gosto de ir ao cinema, ao teatro, de sair para jantar fora. Enfim, gosto de fazer muita coisa, inclusive de ficar sozinho e quieto no meu canto.

### Que mensagem gostaria de deixar para os magistrados e serventuários do TJERJ?

Gostaria de deixar uma mensagem de otimismo. Tenho muito carinho, não somente pela Magistratura, como pelos serventuários do Tribunal. Creio que isso não é segredo. Já participei de várias situações em que o Sindicato estava em confronto com a administração, ou com o Governo do Estado, em que consegui entrar como negociador e resolver impasses. Faço isso pelo simples carinho e respeito que tenho pelo serventuário. A minha mensagem é de otimismo, não só em relação ao que o Estado do Rio de Janeiro vem vivendo, mas principalmente quanto ao que ocorre no Poder Judiciário, ao ter como Presidente uma pessoa como Luiz Zveiter. É uma garantia de que o Tribunal de Justiça vai bem. Vejo com muito bons olhos o que ele tem feito, tanto para os serventuários quanto para os juízes. Vejo um futuro próximo bastante promissor. E a Associação dos Magistrados estará sempre ao lado de seus integrantes, logicamente, mas sempre com o olhar voltado para o apoio aos serventuários da Justiça.

## TJERJ antecipa audiências dos Juizados Especiais Cíveis

**N**o dia 5 de março, teve início mais um mutirão de audiências de instrução e julgamento nos Juizados Especiais Cíveis (JECs), com o objetivo de solucionar 5 mil processos até o começo do mês de maio.

Na primeira fase, participarão da tarefa 31 juizados no Fórum Central e nos Fóruns Regionais da Capital. As audiências serão realizadas às sextas-feiras.

Os processos estão a cargo de 25 juízes togados e cada um deles tem a meta de proferir sentenças em, no mínimo, 22 processos por dia, além de suas atribuições, totalizando, a cada sexta-feira, 550 lides analisadas.

O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, com o intuito de acelerar o desfecho das ações, estabeleceu metas permanentes para serem cumpridas até o final de sua gestão. Uma delas é a redução do prazo de realização das audiências de conciliação,



A Juíza de Direito Luciana Gomes de Paiva conduz uma das audiências do mutirão

contado a partir do dia em que o autor entra na Justiça. A redução inicial do prazo será para 180 dias e, até fevereiro de 2011 - data do término do mandato do Presidente Zveiter -, o prazo máximo previsto para o julgamento dos processos perante os JECs fluminenses será de 90 dias.



## Tribunal de Justiça aprova Planejamento Estratégico Institucional

**E**m decisão inédita, recentemente o Órgão Especial aprovou o Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Pode-se afirmar que a aprovação, por unanimidade, da Resolução TJ/OE nº 21/2009, constituiu e constitui um grande desafio para todos os magistrados e servidores da Justiça fluminense.

A partir da publicação dessa Resolução, o TJERJ passou a estar entre os tribunais que cumpriram a Meta 1 do CNJ: “Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de cinco anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial”.

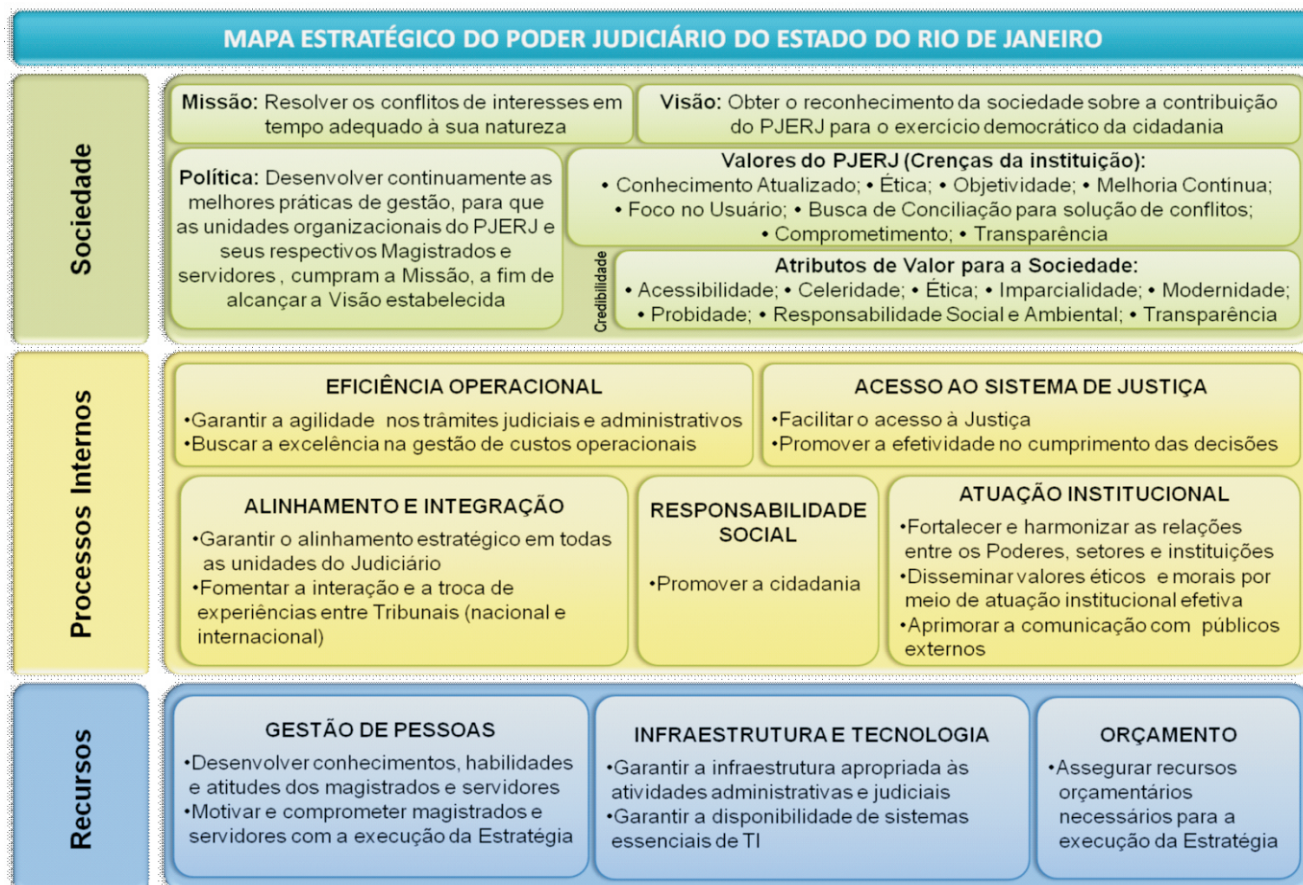
Tendo em vista o que a sociedade espera da Justiça (acessibilidade, celeridade, ética, imparcialidade, modernidade, probidade, responsabilidade social e ambiental, e transparência), o TJERJ estabeleceu 8 grandes temas, a saber: Eficiência Operacional, Acesso ao Sistema de Justiça, Alinhamento e Integração, Responsabilidade Social, Atuação Institucional, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia, e Orçamento.

Os 8 temas supracitados foram desdobrados em 15 Objetivos Estratégicos, nos Processos Internos e Recursos, conforme expostos no Mapa Estratégico (figura 1)

Para esses Objetivos, foram estabelecidos 46 indicadores estratégicos, que têm como finalidade aumentar a confiança no TJERJ e o índice de satisfação dos usuários. Mais detalhes podem ser encontrados na Intranet (Institucional / Sistema Integrado de Gestão / Gestão Estratégica / Resolução TJ/OE 21/2009).

Agora é unir forças e desempenhar com firmeza o papel que cabe a cada um de nós nessa empreitada, para que todas as metas sejam alcançadas, pois, conforme Peter Drucker, filósofo e economista austríaco, considerado o pai da administração moderna: “O planejamento não é uma tentativa de prever o que vai acontecer. O planejamento é um instrumento para raciocinar agora, sobre que trabalhos e ações serão necessários hoje, para merecermos um futuro. O produto final do planejamento não é a informação: é sempre o trabalho”.

Texto elaborado pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional – DGDIN



## Peça *Oito de março* comemora os 100 anos do Dia Internacional da Mulher

No dia 9 de março, o Núcleo de Teatro do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (SIND-JUSTIÇA/RJ) reestreado o espetáculo *Oito de março*, em comemoração aos 100 anos do Dia Internacional da Mulher. Dirigida por Gilson de Barros, a peça tem como tema a história da origem do Dia Internacional da Mulher. O texto também é composto por trechos de poemas de Bertold Brecht e letras da MPB, além de colaborações pessoais de integrantes do elenco.

A temporada vai até o final do mês de abril, com apresentações todas as terças-feiras do mês, às 19h30min, no Auditório do SIND-JUSTIÇA (Travessa do Paço, nº 23, 13º andar, Castelo, Rio de Janeiro). Funcionários do Tribunal de Justiça e seus dependentes têm entrada franca. Ao público externo serão vendidos ingressos a preços populares.



## O Acordo Ortográfico e o Direito (3)

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, foi promulgado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da assinatura e publicação do Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. De acordo com o art. 2º do referido decreto, a implementação das novas regras obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica anterior e a norma estabelecida.

Embora as novas regras tenham alterado, segundo os especialistas, menos de 1% das palavras utilizadas pelos brasileiros, algumas palavras e expressões do universo do Direito sofreram mudanças. Neste mês, a REVISTA e INTERAÇÃO prossegue na divulgação dessas modificações e alerta os operadores do Direito sobre as palavras e expressões que não foram alteradas. O VOLP pode ser acessado gratuitamente por meio do endereço “<http://www.academia.org.br/Home>> Nossa Língua> Busca no Vocabulário”.

### PALAVRAS E EXPRESSÕES ALTERADAS:

auto-regulação → autorregulação  
terminais de auto-atendimento  
↓  
terminais de autoatendimento

### PALAVRAS E EXPRESSÕES INALTERADAS:

medida socioeducativa  
medida socioeconômica  
autodefesa





## SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Clécio Branco (\*)

### Esquecimento X Ressentimento

A filosofia e a psicanálise estão de acordo quando pensam na “grande saúde” inerente ao esquecimento. Esquecer não no sentido de uma “falha” de memória, ou, ainda, nos casos mais graves da doença de Alzheimer. Trata-se do esquecimento saudável, quando a matéria, experiências vividas, imagens retidas ou afetos sentidos se deslocam automaticamente para um depositário de memórias. Essas devem permanecer no “esquecimento”, até quando o seu retorno à consciência se fizer necessário.

A consciência é campo de forças, ativas e reativas: as forças ativas são forças disruptivas, são forças de metamorfoses (pulsão de morte). Essas forças tendem à destruição das formas, por isso dizem que a vida é puro processo de demolição. Por outro lado, as forças reativas tendem à conservação. São forças que reagem às forças de demolição, tendendo à conservação do que têm.

No jogo de forças que se trava na consciência, forma-se um espaço-tempo estético, ou seja, no jogo de forças o indivíduo se vê “obrigado” a trabalhar para inventar saídas para a vida. Inventar modos de vida para que a vida possa continuar subindo, crescendo e se expandindo.

O homem não consegue parar por muito tempo, ele se vê fustigado por dentro o tempo todo pelo conflito de forças que agem e reagem ao mesmo tempo.

Mas o que têm o esquecimento e o ressentimento com tudo isso? Quando a memória que deveria estar no “esquecimento” se desloca para a consciência, também *desloucha* o indivíduo que cai no ressentimento: sentir de novo os mesmos hábitos já sentidos, relembrar as mesmas imagens, ter as mesmas sensações, tudo outra vez, eis o homem do ressentimento. Ele sofre “do nunca mais” poder ter de novo. Sendo que “o nunca mais” é a marca de nossas

vidas: nunca mais a infância, nunca mais a juventude, nunca mais o ente que se foi, nunca mais os privilégios de um cargo depois da aposentadoria, nunca mais a infância dos filhos que crescem...

Então, o ressentido se agarra fortemente no ressentir, pois, para ele(a) é tudo que restou: o amor perdido, o cargo que já teve, o poder do exercício de uma função. Esquecer é preciso para amar de novo, para viver sem o poder, sem o cargo, sem o corpo jovem, sem a vitalidade de outrora. Nisso, consiste todo o sentido de viver. Continuar criando sentido quando os sentidos de outrora se desmoronam no presente.

Se “a vida é demolição”, criar modos de vida é um imperativo. Trata-se de afirmar a vida no instante... O passado já passou, o futuro não chega nunca. Quer dizer que vivemos no presente que acontece. Não que o passado não seja importante, ele pode se presentificar para ganhar novas formas, mas que façam sentido para a criação e reinvenção do presente. O passado é uma caixa de ferramentas que abrimos para resolver situações do presente. Quando ele, o passado, retorna sem a nossa permissão invadindo a consciência, então, sob o peso das lembranças, o homem enfraquece, perdendo a capacidade de criar soluções.

Esquecer não é traição! Esquecer é preciso para navegar no mundo. Amar de novo, tentar de uma outra maneira, inventar outros caminhos, novas formas de pensar, de ver as coisas, as pessoas, o mundo e a nós mesmos. E o melhor do esquecimento é poder *relembrar* com leveza e liberdade de ter vivido intensamente tudo que a cada instante passa.

Edgar Allan Poe soube dizer como ninguém: “Nunca mais!”. Por outro lado, muito ainda está por vir. Têm-se duas opções: ficar preso ao passado, ao ressentimento, ou ser afetado pelos instantes que chegam. Se as lembranças paralisam a vida, é aconselhável pedir ajuda.

(\*) Psicólogo, teólogo e mestre em filosofia.

## COMES E BEBES

Ivan Lindenberg Junior



### Loiras, Ruivas e Morenas! (2)

**E**ste mês, aproveitando o calor do verão, volto ao tema das cervejas, especificamente as Lagers, que são as mais encontradas no Brasil.

**Pale Lagers**→Lagers claras, o que mais se vê por aí. São tantos subtipos, que fica quase impossível decorar todos; portanto, listaremos os mais facilmente encontrados: Pilsner, American Lager, Premium, Lite, Helles, Dry Beer, Special e Radler.

**Dark Lagers**→Lagers escuras também são bastante comuns. Três estilos são os mais facilmente encontrados no nosso país, principalmente a Malzbier: Munchner Dunkel, American Dark Lager, Schwarzbier e Malzbier.

**Vienna**→Originária da Áustria, de cor marrom avermelhada, tem corpo médio e um sabor suave e adocicado de malte levemente queimado. Graduação alcoólica entre 4,5 e 5,7%. Um exemplo é a mexicana Negra Modelo, a Dos Equis Ambar e a Samuel Adams Vienna Style Lager.

**Bock**→A palavra Bock é resultado da quebra da palavra Einbeck, cidade natal desse tipo de cerveja. Em alemão, também significa "cabrito". Por isso, algumas cervejas colocam imagens desse animal em cervejas do tipo Bock.

Por tradição, são avermelhadas, mas podem ser também de cor marrom. Possuem um complexo sabor maltado, devido às misturas de maltes de Viena e Munique. A graduação alcoólica é alta, indo normalmente de 6% nas Bocks tradicionais até 10% nas Doppelbock e 14% nas Eisbock, tipos diferentes de Bock. Outra variação de Bock é a Maibock ou Helles Bock, uma Bock clara, de até 7,4% de álcool.

Exemplos de Bock são a Kaiser Bock, velha conhecida dos brasileiros, e a Paulaner Salvator, uma Doppelbock.

**Märzen**→Produzidas na Bavária durante o mês de março (*märz* em alemão), especialmente para a Oktoberfest, as Märzen podem ser claras ou escuras, e ficam entre 4,8 a 5,6% de álcool. Também é chamada de Oktoberfestbier. Chamadas de "As Grandes 6", as cervejarias que produzem esse tipo são: Augustinerbräu, Hacker-Pschorr, Hofbräuhaus, Löwenbräu, Paulaner e Spaten.

**Keller e Zwickel**→Cervejas pouco comuns. Não são filtradas, nem pasteurizadas (servidas na pressão e não engarrafadas), e ficam maturando de maneira exposta, sem cobertura. Podem ser bem amargas e o teor alcoólico é médio.

**Malt Liquor**→Termo surgido nos Estados Unidos para classificar as Lagers fortes que apresentam alto teor de álcool, devido à adição de açúcar, enzimas ou outro ingrediente em complemento ao malte. Geralmente são licorosas no paladar e não muito amargas, pois em muitos casos nem levam lúpulo.

Já as cervejas do tipo Barley Wine, apesar de também fortes no álcool, alcançam tal graduação devido às técnicas europeias sem adição de açúcar ou enzimas. Também são chamadas de Super Strength e Super Forte. Um exemplo é a Amsterdam Maximator, com 11,6% de álcool, e a Bavária, com 8,6%.

Na próxima coluna, falarei sobre outras classificações mencionadas na coluna anterior.

Até a próxima e saúde!

[Retorna à página inicial](#)